

O sonho e a realidade

Um ponto comum no programa econômico dos "presidenciáveis" é a renegociação da dívida externa brasileira governo a governo, esquecendo-se os bancos internacionais credores de 85 por cento dos quase 100 bilhões de dólares da nossa dívida e passando a tratar diretamente com as chancelarias, os ministérios das finanças e os bancos centrais dos países credores.

Um dos "presidenciáveis", o deputado Paulo Maluf, vai mais longe, traçando a própria estratégia dessa renegociação governo a governo: ainda este ano, asseguram seus assessores, ele procurará os governos dos Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, Japão e Oriente Médio para negociar o pagamento da dívida com maiores prazos e menores juros. O prazo médio de financiamento seria de 15 anos, com cinco de carência, e os juros, atualmente flutuantes, seriam estabilizados ao nível máximo de seis por cento ao ano.

A estratégia do "presidenciável" Aureliano Chaves é de afastar a equipe técnica do comando das negociações envolvendo o refinanciamento da dívida externa, entregando-o ao próprio Presidente da República, isto é, ele seria o responsável direto pela negociação governo a governo. Ele não detalha as condições, mas deixa claro que o atual programa de ajustamento negociado com o Fundo Monetário Internacional - FMI - por ser recessivo, será por ele recusado liminarmente. Imagina Aureliano que a negociação governo a governo dispensa a interveniência do FMI, tornando-se, portanto, dispensável o acordo firmado o ano passado.

Se essa disposição dos "presidenciáveis" resistir até depois da posse e não se constituir apenas em argumento eleitoral para consumo interno, vale a pena despertá-los para a realidade do mercado financeiro internacional, e lembrá-los que os governos dos países onde se localizam os bancos credores, já deixaram explícito sua disposição de não apoiar qualquer iniciativa visando a discussão da dívida formada com os bancos privados, na esfera governamental. A mais recente manifestação nesse sentido partiu justamente do representante mais qualificado do maior credor, o secretário de Estado norte-americano, George Shultz.

Diante dessa resistência, que representa também a impossibilidade política de dar um tratamento preferencial ao Brasil, sem a obrigatoriedade de estender a mesma vantagem aos países que devem os restantes 500 bilhões de dólares ao mercado financeiro internacional, só restará ao "presidenciável" que se eleger e mantiver a palavra agora dada, a saída de virar a mesa e decretar uma moratória unilateral.

Naturalmente, para chegar a tanto, deverá medir as responsabilidades e saber, em primeiro lugar, se o País tem cacife para suportar as consequências de um "default" internacional, e condições para assumir o alto custo daí decorrente. Há, evidentemente, outras formas de renegociar a dívida, dentro da estrutura atual, ou mediante a criação de uma instituição a nível internacional com essa intenção. Trata-se de um objetivo mais pragmático, que deveria ser considerado por quem deseja realmente ajudar.

MILANO LOPES